



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

GABINETE DO VEREADOR SARGENTO CORAN

Presidente da Comissão de Assuntos Industriais e Comerciais
Presidente da Comissão de Emendas à Lei Orgânica
Presidente da Frente Parlamentar de Segurança Pública e da Defesa Civil

Projeto de Lei N° 191/2025

“DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DA TITULARIDADE DE JAGIGOS NO CEMITÉRIO MUNICIPAL, RECONHECE SITUAÇÕES CONSOLIDADAS DE BOA-FÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Câmara Municipal de Mogi Mirim aprova:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a regularização administrativa da titularidade de jazigos localizados no Cemitério Municipal, com o objetivo de adequar situações consolidadas ao longo do tempo, observando os princípios da legalidade, da segurança jurídica e da boa-fé.

Art. 2º Fica autorizada a regularização da titularidade de jazigos que tenham sido transferidos, de forma onerosa ou gratuita, entre particulares, em data anterior à vigência desta Lei, ainda que exista legislação municipal antiga que vedasse a venda ou doação, desde que comprovada a boa-fé dos adquirentes.

§ 1º Considera-se caracterizada a boa-fé quando restar demonstrado que:

I - a transferência ocorreu há vários anos, de forma pública e contínua;

II - o Município tinha ciência da posse e uso do jazigo;

III - foram autorizadas pelo Poder Público intervenções como reformas, ampliações, sepultamentos ou outras melhorias no jazigo;

IV - não haja litígio judicial ou administrativo envolvendo o jazigo.

§ 2º A regularização prevista neste artigo não gera direito à restituição de valores eventualmente pagos entre particulares, limitando-se ao reconhecimento administrativo da titularidade.

Art. 3º A regularização será requerida pelo interessado mediante processo administrativo junto ao órgão municipal competente, instruído, no mínimo, com:



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

GABINETE DO VEREADOR SARGENTO CORAN

Presidente da Comissão de Assuntos Industriais e Comerciais
Presidente da Comissão de Emendas à Lei Orgânica
Presidente da Frente Parlamentar de Segurança Pública e da Defesa Civil

I - documentos que comprovem a posse e o uso contínuo do jazigo;

II - declarações, recibos, contratos particulares ou outros meios de prova admitidos em direito;

III - comprovação de sepultamentos realizados;

IV - comprovantes de pagamento de taxas ou autorizações municipais, quando houver.

Art. 4º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber, inclusive quanto aos procedimentos, prazos, análise documental e cobrança de taxa administrativa, respeitada a razoabilidade.

Art. 5º A regularização prevista nesta Lei não autoriza novas vendas ou doações irregulares de jazigos, permanecendo vedadas transferências futuras que não observem a legislação municipal vigente e a regulamentação do Executivo.

Art. 6º Os casos omissos serão analisados à luz dos princípios da dignidade da pessoa humana, da função social, da segurança jurídica e da boa-fé objetiva.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “Vereador Santo Róttoli”, em 18 de dezembro de 2025.

Assinado digitalmente

VEREADOR SARGENTO CORAN
LÍDER DE BANCADA DO PROGRESSISTAS





CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

GABINETE DO VEREADOR SARGENTO CORAN

Presidente da Comissão de Assuntos Industriais e Comerciais
Presidente da Comissão de Emendas à Lei Orgânica
Presidente da Frente Parlamentar de Segurança Pública e da Defesa Civil

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade promover a regularização da titularidade de jazigos no Cemitério Municipal diante de situações consolidadas ao longo de décadas, buscando adequar a legislação municipal à realidade fática existente, em estrita observância aos princípios constitucionais e administrativos.

É certo que o Município possui legislação antiga que proíbe a venda ou doação de jazigos entre particulares, editada na década de 1960, em contexto social, urbano e administrativo completamente distinto do atual, mostrando-se, ao longo do tempo, ineficaz, desatualizada e dissociada da realidade fática do Município. Todavia, também é incontroverso que, por muitos anos, tais transferências ocorreram de forma pública, contínua e pacífica, com ciência inequívoca da Administração Pública. Em diversos casos, o próprio Poder Público Municipal autorizou reformas, ampliações, sepultamentos, manutenções e outras intervenções nos jazigos, reconhecendo na prática a legitimidade da posse exercida pelos atuais titulares.

Dessa conduta administrativa reiterada decorre a aplicação do princípio da confiança legítima, corolário da segurança jurídica, segundo o qual o administrado não pode ser surpreendido por mudança abrupta de entendimento do Poder Público quando este, por sua atuação ou omissão prolongada, induziu determinada conduta social.

Aplica-se ainda o princípio da boa-fé objetiva, que impõe deveres de lealdade, coerência e proteção à confiança nas relações entre a Administração e os cidadãos, bem como a vedação ao comportamento contraditório (*venire contra factum proprium*), que impede o Poder Público de, após anos de tolerância e autorização, negar validade a situações que ajudou a consolidar.

A proposta encontra amparo expresso no art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, que assegura a proteção ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada, impedindo que situações jurídicas consolidadas e constituídas de boa-fé sejam desconstituídas de forma arbitrária pelo Poder Público.

Do mesmo modo, observa-se plena consonância com o art. 37, caput, da Constituição Federal, que impõe à Administração Pública a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A regularização ora proposta concretiza tais princípios ao conferir transparência, coerência administrativa e eficiência na gestão do Cemitério Municipal, além de preservar a moralidade administrativa ao respeitar a confiança legítima criada pelos próprios atos do Município.

Ressalte-se que o presente Projeto não afronta o interesse público, tampouco legitima práticas futuras irregulares. Ao contrário, preserva a ordem administrativa ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

GABINETE DO VEREADOR SARGENTO CORAN

**Presidente da Comissão de Assuntos Industriais e Comerciais
Presidente da Comissão de Emendas à Lei Orgânica
Presidente da Frente Parlamentar de Segurança Pública e da Defesa Civil**

distinguir claramente situações pretéritas consolidadas — que merecem tratamento excepcional — das futuras transferências, que permanecem submetidas à legislação vigente e à regulamentação do Executivo.

Cumprir destacar que os jazigos possuem relevante dimensão social, cultural e humanitária, estando diretamente ligados à dignidade da pessoa humana, ao respeito aos mortos e ao direito das famílias ao luto digno. A negativa absoluta de regularização, em tais casos, gera insegurança jurídica, conflitos familiares e sofrimento desnecessário, contrariando a função social da atuação administrativa.

A proposta encontra respaldo também nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, uma vez que busca solução equilibrada entre a legalidade estrita e a justiça material, evitando penalizar cidadãos que agiram de boa-fé e confiaram nos atos e autorizações do próprio Município.

Por fim, o reconhecimento administrativo da titularidade dos jazigos configura medida de justiça, de respeito à dignidade da pessoa humana e à memória dos entes falecidos, valores que devem orientar a atuação do Poder Público em matéria tão sensível. Além disso, trata-se de providência que fortalece a organização administrativa, permite o adequado controle cadastral e patrimonial dos jazigos, contribui para a correta gestão e fiscalização do patrimônio público municipal, reduz litígios e confere maior previsibilidade e eficiência às ações do Poder Público.

Diante de todo o exposto, resta evidenciado que o Projeto de Lei atende ao interesse público, respeita os princípios constitucionais da Administração Pública e confere a necessária segurança jurídica aos munícipes e ao Município, razão pela qual se solicita o apoio dos Nobres Vereadores para sua aprovação.

Mogi Mirim merece uma cidade mais organizada e segura para todos.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:3264/2025 - 18/12/2025 - 12:13 - 7E86-9888-2RCS-79N4



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=7E8698882RCS79N4>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 7E86-9888-2RCS-79N4

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:3264/2025 - 18/12/2025 - 12:13 - 7E86-9888-2RCS-79N4